

RECEBIO ORIGINAL

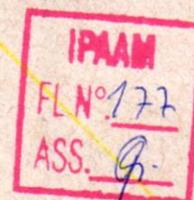
05/09/23

MALVINO SALVADOR



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 187/20-02

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Abufari Coleta e Beneficiamento de Produtos Florestais Ltda

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Rua Murad Said, nº 924, Nova Esperança, Tapauá-AM.

CNPJ/CPF: 25.354.725/0001-09

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 06.201.315-7

FONE: (97) 99159-1108

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0605.1819

PROCESSO Nº: 1360.2020

ATIVIDADE: Agroindústrias.

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Rua Murad Said, nº 924, Nova Esperança, Tapauá-AM.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:

| Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) | Ponto | Latitude (S) | Longitude (W) |
|-------|--------------|---------------|-------|--------------|---------------|
| P-01 | 05°37'50,07" | 63°11'10,86" | P-04 | 05°37'51,76" | 63°11'11,67" |
| P-02 | 05°37'50,34" | 63°11'10,17" | P-05 | 05°37'51,46" | 63°11'11,44" |
| P-03 | 05°37'51,99" | 63°11'11,33" | P-06 | 05°37'51,26" | 63°11'11,70" |

FINALIDADE: Autorizar a operação de uma usina de beneficiamento de Castanha do Brasil, em uma área de 0,1201ha.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio

PORTE: Pequeno

DADOS DO IMÓVEL/TERRENO:

| | |
|---|--|
| MÓDULO(S) FISCAL (IS) DO IMÓVEL (MF) 0,001201 | PERCENTUAL DE RESERVA LEGAL (HA) ----- |
| ÁREA TOTAL DA PROPRIEDADE (HA) 0,1201 | ÁREA DE USO MÚLTIPLO (HÁ) 0,1201 |
| ÁREA LÍQUIDA DO IMÓVEL (HA) 0,1201 | ÁREA DE USO A DESMATAR (HA) ---- |
| ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (HA) ---- | ÁREA REMANESCENTE (HÁ) ----- |
| ÁREA DE RESERVA LEGAL EXIGÍVEL (HA) ----- | ----- |

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 04 ANOS

Atenção:

- Esta licença é composta de 14 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).
- Em caso de reprodução desta, deverá ser de forma integral (frente e verso)

Manaus-AM, 05 SET 2023

Rosa Mariette Oliveira Geissler
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

www.ipaam.am.gov.br
twitter.com/lpaamAM1
instagram.com/@ipaamam
facebook.com/@ipaamAM

gabinete@ipaam.am.gov.br
Fone:(92) 2123-6721 / 2123-6731
Av. Mario Ypiranga, 3280, Parque
Dez, CEP: 69050-030 - Manaus/AM

Instituto de Proteção
Ambiental do Amazonas
IPAAM

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO N° 187/20-02

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei n° 3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 dias, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei n° 3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo n° **1360.2020**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. O uso irregular desta licença implica na sua cassação, bem como nas sanções prevista na legislação;
8. Esta Licença não contém emendas ou rasuras;
9. Cópia desta Licença deve permanecer no local da atividade para efeito de fiscalização;
10. Os dados técnicos do projeto são de inteira responsabilidade do responsável técnico;
11. Proteger o solo da contaminação por substâncias tóxicas (combustível, óleos, graxas, inseticidas, tintas, produtos de limpeza e outros).
12. É expressamente proibida a queima e deposição de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados a local ambientalmente apropriado.
13. Destinar adequadamente os resíduos sólidos (lixo, inclusive de obras e/ou reforma), gerados no empreendimento.
14. Encaminhar **anualmente**, durante a vigência da Licença, comprovante de destinação dos resíduos sólidos gerados no empreendimento.